

REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O ENFRENTAMENTO

Data de submissão: 15/05/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Bruna Cicchini Rodrigues Campos

Universidade Paulista – UNIP, Faculdade de Psicologia
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/2209956936887075>

Rita Cristina Ferreira de Araujo

Universidade Paulista – UNIP, Faculdade de Psicologia
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/6958133381383230>

Renata Capeli Silva

Docente da Universidade Paulista – UNIP,
Faculdade de Psicologia
São Paulo - SP
<https://lattes.cnpq.br/8366568231557339>

RESUMO: A educação possui uma natureza social na medida em que além de ser determinada pela sociedade onde está inserida, também é uma instância produtora da vida social. Nesta perspectiva, mostrou-se imprescindível a análise dos impactos da pandemia do coronavírus na educação, uma vez que tal fenômeno se caracterizou como um grande choque sofrido pelos sistemas educacionais de todo o mundo. Esta pesquisa, portanto, contém a análise de oito artigos que ocuparam a posição

de sujeitos e, para tanto, foi adotado o referencial teórico da fenomenologia da infância, acessada por meio dos trabalhos de Machado (2010) sobre Merleau-Ponty. A criança e sua condição de ser vivente, dotado de autonomia e vontade própria, ocupa posição de destaque neste trabalho, que teve como objetivo principal analisar o que se produziu acerca da reconfiguração da educação infantil diante da pandemia da Covid-19, juntamente com as diversas repercussões psicossociais deste fenômeno nos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; Criança; Pandemia; Fenomenologia

REFLECTIONS ON THE PANDEMIC IMPACT ON OEDUCATION: POSSIBLE CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY TO FACE IT

ABSTRACT: Education has a social nature because is determined by the society in which it is inserted, and because is a producer of social life. In this perspective, it was essential to analyze what would be the impacts of the SARS-COV-2 virus on education since this phenomenon has been characterized as a major shock suffered by educational systems around the world. This research, therefore, contains the analysis of

eight articles that occupied the position of subjects, and, for that, the theoretical framework of childhood phenomenology was adopted, accessed through the works of Machado (2010) on Merleau-Ponty. The child and his condition as a living being, endowed with autonomy and will of his own, occupies a prominent position in this work, which had as its main objective to analyze what was produced about the reconfiguration of early childhood education in the face of the Covid-19 pandemic, together with its several psychosocial repercussions of this phenomenon on the students.

KEYWORDS: Childhood education; Children; Pandemic; Phenomenology

1 | INTRODUÇÃO

A educação possui uma natureza social na medida em que além de ser determinada pela sociedade onde está inserida, também é uma instância produtora da vida social e, por essa razão, educação e escola não podem ser analisadas pelo viés estritamente individual, que investiga apenas o progresso cognitivo e intelectual dos indivíduos.

Em 2020, o mundo foi assolado pela pandemia do Covid e, em função disso, mostrou-se imprescindível a análise de seus impactos na educação infantil, uma vez que tal fenômeno se caracterizou como um grande choque sofrido pelos sistemas educacionais de todo o mundo.

Como estratégia de contenção da disseminação do vírus SARS-COV-2 e visando à segurança de alunos e professores, houve um repentino e não planejado fechamento das escolas, com a conseqüente adoção de estratégias emergenciais de ensino remoto por grande parte das instituições de ensino. Tendo em vista a ausência de qualquer planejamento, professores precisaram se adaptar e criar novas formas de lecionar, pais e responsáveis buscaram meios de assegurar que as crianças tivessem acesso às aulas remotas ou ao menos aos conteúdos disponibilizados e os alunos, do dia para a noite, viram-se confinados em casa.

Um modelo hegemônico de ensino-aprendizagem foi repentinamente interrompido, sem qualquer expectativa de retomada. A grande função socializadora da escola foi certamente abalada e questões como a vulnerabilidade e a desigualdade social passaram a ter seus nocivos efeitos práticos escancarados ao denunciarem a discrepância na forma de adaptação à pandemia entre crianças pobres e ricas.

No estado e na cidade de São Paulo, as aulas presenciais, que foram interrompidas em março de 2020, apenas foram retomadas, passando a ser obrigatórias, em outubro de 2021 (AGORA, 2021; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2021). Essa interrupção, segundo estudos do Banco Mundial (2021), pode representar o triste fato de que, ao final do ensino fundamental, três em cada quatro dos estudantes poderão não ter alcançado os níveis mínimos de proficiência e, segundo relatório da Fundação Roberto Marinho (2020), a vida das crianças impactadas poderá ser afetada a longo prazo no que tange a sua inserção no mercado de trabalho, seu nível de remuneração e sua possibilidade de mobilidade social.

A qualidade de vida e a longevidade dessas crianças será impactada, o Estado poderá ser abalado com a diminuição da produtividade e do PIB e a cultura da paz possivelmente será afetada (Fundação Roberto Marinho, 2020).

Em suma, a sociedade toda sairá perdendo, podendo se tornar mais desigual do que já é e, por isso, entendeu-se ser necessária a análise do que se produziu acerca da reconfiguração da educação infantil diante da pandemia da Covid-19, juntamente com as diversas repercussões psicossociais deste fenômeno nos alunos da educação infantil.

Esta pesquisa, portanto, contém a análise de oito artigos que ocuparam a posição de sujeitos e, para tanto, foi adotado o referencial teórico da fenomenologia da infância, acessada por meio dos trabalhos de Machado (2010) sobre Merleau-Ponty, ocupando a criança e sua condição de ser vivente, dotado de autonomia e vontade própria, posição de destaque neste artigo.

2 | MÉTODOS E PROCEDIMENTO

Foi realizado um estudo exploratório por meio de pesquisa qualitativa bibliográfica, baseada na análise de publicações selecionadas a partir de procura sistemática em sites oficiais e na plataforma do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. A expressão “educação infantil e pandemia” norteou o processo de coleta de dados, que teve como recorte temporal publicações realizadas entre mar/20 e out/21, tendo-se, ao final, selecionado oito artigos que foram objeto de análise. Elegeu-se como sujeitos de análise do presente estudo os seguintes artigos: 1. Educação em tempos de pandemia: (re)vivências na educação infantil durante o distanciamento social; ADERNE, A. da S. F.; FERREIRA, T. da S. 2. Direitos da criança e a educação: notas iniciais para pensar a vida na pandemia; BIASOLI, K. A.; SOUSA, C. P. de. 3. Escola e profissão docente: uma reflexão em tempos de covid-19; DA SILVA, E. P.; PELOSO, F. C. 4. Infâncias confinadas: a educação como direito das crianças em tempos de pandemia; LIRA, A. C. M.; DOMINICO, E.; JOHANN, M. M.; NUNES, M. A. 5. Do presencial ao remoto emergencial: trânsitos da educação infantil na pandemia; PRAZERES, M.; GIL, C.; LUZ-CARVALHO, T. 6. A pandemia e as desigualdades de oportunidades de aprendizagem na educação infantil; KOSLINSKI, M. C.; BARTHOLO, T. L. 7. Ensino remoto em tempos de pandemia: reflexões sobre seus impactos.; NAKANO, T. de C.; ROZA, R. H.; OLIVEIRA, A. W. de. 8. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente; SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. Para sua análise foi assumida uma orientação fenomenológica existencial, com vistas a ampliar o olhar sobre o fenômeno pandemia e educação infantil, que se deseja compreender por meio deste estudo.

3 | ANÁLISE DOS ARTIGOS ELENCADOS COMO SUJEITOS DA PESQUISA

Para se entender quais os impactos que as ações tomadas durante a pandemia

geraram sobre a educação infantil e, mais especificamente, sobre as crianças, foram analisados criticamente oito artigos selecionados como sujeitos desta pesquisa, adotando-se como referencial teórico a fenomenologia da infância, acessada por meio dos trabalhos de Machado (2010) sobre Merleau-Ponty. As seguintes questões direcionaram a análise mencionada:

1º- Qual o sentido e visão de infância levantados no artigo? 2º- Qual é a noção de educação trazida pelo artigo? 3º- Quais os impactos da pandemia sobre a educação são sinalizados pelo artigo? 4º- Quais as soluções apontadas para superação de eventuais impactos?

4 | RESULTADOS

4.1 O sentido e a visão de infância

O artigo *Direitos da criança e a educação: notas iniciais para pensar a vida na pandemia* (BIASOLI; SOUSA, 2021), propõe que se pense os efeitos da pandemia sobre a educação infantil a partir dos direitos das crianças, hoje consideradas como sujeitos de direito a quem se confere relevância social e a quem deve ser garantido o acesso à educação.

Fazendo um regate histórico a partir das legislações voltadas para as crianças sobre seu papel e inserção na sociedade, o artigo mostra a evolução de seus direitos, remontando à era pré-industrial, onde elas eram vistas como seres socialmente relevantes em função de sua mão de obra e força de trabalho e nos leva até o período industrial, onde houve o deslocamento dessa atividade até então prática, para uma área mental, com a assunção pelas escolas da administração simbólica da infância, que limitava as crianças a exercerem o papel de estudantes.

O artigo *Infâncias confinadas: a educação como direito das crianças em tempos de pandemia* (LIRA et al., 2022), aponta as crianças como sujeitos dotados de demandas, vontades e necessidades, que precisam ser levadas em consideração para que suas vozes não continuem a ser tão silenciadas e, assim, elas deixem de ser tratadas como projetos de um modelo de sociedade que se pretende consolidar e manter.

O artigo critica o controle da infância, ponderando que seus corpos e mentes não devem ser arbitrariamente gerenciados pelo Estado, conforme foram na adoção de modelo de educação emergencial durante a pandemia.

Neste mesmo artigo também é apontada a ausência de reflexão e investimento sobre as situações desafiadoras que foram experienciadas pelas crianças em função do isolamento, que foram tratadas como seres passivos e que a infância, além de ter sido cerceada, foi tratada como um “objeto de governo” (LIRA et al., 2022 apud BUJES, 2015).

Indo um pouco mais além, o artigo *Escola e profissão docente: uma reflexão em tempos de covid-19* não apenas reconhece a criança como um sujeito de direitos, como também conversa muito com a visão fenomenológica exposta nesta pesquisa quando coloca que se faz necessário analisar os efeitos da pandemia “sob a ótica da criança, sob suas necessidades, seus anseios e sua condição intelectual e afetiva para o desempenhar dessa função” (DA SILVA; PELOSO, 2021).

O artigo *Educação em tempos de pandemia: (re)vivências na educação infantil durante o distanciamento social*, também destaca a importância de se enxergar as crianças como seres vivos, dotados de vontades e visões de mundo que deveriam ter sido levadas em consideração ao se adaptar o formato das aulas durante o período pandêmico.

No artigo *A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente* é destacado o papel social da criança, inferindo-se que hoje o lugar delas se restringe quase que exclusivamente ao ambiente escolar e que elas, no “tempo escolar”, tem um compromisso de bom desempenho e performance para com a instituição escolar (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

Esse mesmo artigo destaca o quanto a almejada produtividade durante a pandemia foi aparentemente mais valorizada do que o cuidado com as pessoas, sejam elas os alunos, a família ou os professores e funcionários das escolas (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

Olhando a criança e a infância sob um outro ponto de vista, Nakano, Roza e Oliveira (2021), no artigo *Ensino remoto na pandemia: reflexões sobre seus impactos* abordam a passividade das crianças que repentinamente passaram a ficar isoladas casa, sem que nada pudessem opinar a respeito disso.

Por fim, os artigos “*A pandemia e as desigualdades de oportunidades de aprendizagem na educação infantil*” e “*Do presencial ao remoto emergencial: trânsitos da educação infantil na pandemia*” não dão destaque à figura da criança, centrando sua análise nos efeitos da interrupção das aulas sobre a desigualdade social já existente e nas interações entre a educação e as tecnologias e todo o processo que levou à transposição das aulas presenciais para o formato remoto emergencial.

4.2 Noção de educação

No que tange à noção de educação que é trazida, Biasoli e Sousa (2021) a pontuam como um direito que deve ser assegurado às crianças e dão à escola um papel de grande importância, já que nesta instituição a criança tem acesso a um espaço de desenvolvimento e descoberta de quem é socialmente e subjetivamente, por meio das relações que estabelece com outras crianças e adultos ali presentes.

As escolas, segundo as autoras, ocupam uma posição central na vida das crianças, criando-se também expectativas quanto a seu papel no desenvolvimento social e econômico, já que a elas caberia a formação da futura força produtiva da sociedade, então

representada pelas crianças.

Prazeres, Gil e Carvalho (2020) destacam a educação como uma etapa que carrega em si valores educativos e sociais que possuem “nas relações e interações, portanto nas mediações diretas, a sua essência”, não podendo ser atribuída à adaptação emergencial que ocorreu o *status* de educação infantil, dado que ela não supre as necessidades da educação infantil, que deve ser pautada nas interações e relações sociais.

Referidos autores também apontaram o olhar de “incompreensão, menosprezo e desimportância” das famílias para com a pré-escola, ponderando “que elas ainda não compreenderam seu papel político, social e pedagógico, na primeira etapa da educação básica e na socialização das crianças.” (PRAZERES; GIL; CARVALHO, 2020)

Neste mesmo sentido, Lira et al. (2022) trazem à tona o aspecto de socialização relacionado à educação e ao ambiente escolar, que ao ser palco de encontros, proporciona a construção de “vínculos emocionais que reforçam as bases de uma subjetividade infantil ancorada na autonomia, na autoconfiança, com segurança e sentido de pertencimento”.

Ademais, esses autores enxergam a educação como um mecanismo que deve dialogar com as demandas, direitos e necessidades das crianças, tendo uma “função sociopolítica e pedagógica com vistas a promover o desenvolvimento integral em parceria com as famílias” (LIRA et al., 2022), não podendo se ater apenas a programas educativos.

Os autores aludidos criticam a representação da educação como uma mera atividade pedagógica destinada a preparar a criança para o futuro, que tem como foco o produtivismo e obtenção de resultados, de modo que “governo, as instituições, se preocuparam em não perder o controle sobre as crianças, colocando em ação meios para que meninos e meninas não escapem à escolarização.” (LIRA et al., 2022), mesmo diante da reconhecida impossibilidade de substituição do formato de ensino presencial pelo remoto.

Nakano, Roza e Oliveira (2021) também trazem a educação como um processo de ensino-aprendizagem que, no caso da educação infantil, não pode ser realizada a distância. A escola é colocada como o local onde esse processo ocorre, mas também como uma instituição responsável pelo gerenciamento de riscos, como a pandemia, que podem ser prejudiciais à saúde das crianças.

Da Silva e Peloso (2021), por outro lado, ao dar destaque ao sujeito criança, propõem que se reflita sobre “o modelo escolar baseado no acúmulo de conteúdo (visão conteudista) e, como esse modelo parece significado ou ressignificado frente a pandemia de Covid-19”, chegando à conclusão de que as medidas emergenciais adotadas na pandemia caracterizaram uma mera transposição daquilo que era presencial para um cenário remoto, não havendo sequer reflexão sobre um modelo de educação diferente do que vem sendo praticado há séculos e que não promove a autonomia e um processo de reflexão das crianças.

Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), destacam o que chamaram de “tempo escolar” que é “um tempo de performatividade e não pode ser desperdiçado, sob ameaça

de que não se cumpram determinadas metas” (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

A tecnologia, segundo referidos autores, possibilitou que não houvesse a paralisação total da educação, porém, essa suposta aceleração do processo do avanço tecnológico nas escolas não deve ser compreendida como uma generalizada evolução para educação nacional, pois, na realidade, houve tão somente uma mudança das técnicas utilizadas em sala de aula, presencialmente, para programas como o *Moodle* e o *Classroom* (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020), que não atingiu as crianças de forma igualitária, em função da patente desigualdade social existente em nosso país.

Por fim, Koslinki e Bartholo (2022) trazem a educação como um fator de proteção, principalmente para crianças vulneráveis e destaca a importância dos anos iniciais de aprendizagem para o desenvolvimento da criança, que de certa forma é tratada em seu aspecto biológico e maturacional e vista como um projeto futuro.

4.3 Impactos sinalizados da pandemia sobre a educação

No que diz respeito aos impactos sinalizados pela interrupção das aulas presenciais, Prazeres, Gil e Carvalho (2020) trazem uma acentuação de problemas já existentes na educação brasileira, tais como a “desigualdade entre o sistema educacional público e o privado, os impactos da falta de merenda escolar, a ausência de políticas públicas para democratização do acesso à internet”, destacando também a falta de preparo do corpo docente para o uso de tecnologias educacionais.

Nakano, Roza e Oliveira (2021) apontam consequências negativas ao desenvolvimento infantil, que seriam causadas por perdas na aprendizagem formal, privação de socialização e exposição a “fatores de risco e vulnerabilidades presentes no contexto familiar” e também à saúde infantil pelo uso excessivo de telas. Além disso, observaram um possível aumento nas taxas de evasão escolar.

Lira et al. (2022) apontam prejuízos à saúde física, mental e emocional “devido ao aumento de doenças como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, dentre outras”, não só das crianças, mas de todos os sujeitos que foram afetados pela mudança ocorrida, como os pais e professores. Os autores também pontuam que a pandemia apenas tornou “visível os problemas sociais já existentes, mas que ao longo da espessura histórica foram camuflados” e observam que as crianças serão diretamente afetadas por essas questões sociais, havendo um descompasso entre as experiências vividas pelas crianças em função das diferenças e desigualdades sociais existentes.

Koslinki e Bartholo (2022), além de terem apontado um possível aumento do estresse e da ansiedade, enfatizaram o aprofundamento das desigualdades educacionais, sendo o impacto do fechamento das escolas “mais severo para os alunos em situação de vulnerabilidade”, que sofrerão mais com a evasão escolar e terão sua possibilidade de mobilidade social prejudicada (KOSLINKI; BARTHULO, 2022).

Isso, conforme descrito por KOSLINKI e BARTHOLO (2022) é decorrência da “dificuldade de comunicação e perfil socioeconômico das famílias”, o que gera dificuldade de acesso às ferramentas que possibilitam o acesso ao ensino remoto, tais como computador e internet

4.4 Soluções apontadas para superação de eventuais impactos

No que tange as possíveis soluções para o enfrentamento dos impactos causados pela pandemia na educação infantil, Nakano, Roza e Oliveira (2021) apontam a necessidade de planejamento prévio do Estado para o enfrentamento de situações que envolvem desastres, pois “tais esforços produzem ganhos importantes na capacidade de enfrentamento de situações futuras” e a necessidade de “definição de políticas de formação e capacitação para todos os agentes educativos” operarem um modelo educação digital.

Como ponto a se pensar, o artigo incentiva que se pesquise as consequências das mudanças que a pandemia causou sobre a educação, pois na época de sua elaboração elas ainda não eram evidentes.

Neste mesmo sentido, KOSLINKI e BARTHOLO (2022) não trazem uma solução para a superação das consequências, mas indicam a realização de estudos para se pensar em estratégias eficazes de comunicação com a família e de elaboração de materiais pedagógicos eficazes que permitam a interação entre os envolvidos no processo educativo.

Nos artigos *A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente*, *Educação em tempos de pandemia: (re)vivências na educação infantil durante o distanciamento social*, *Escola e profissão docente: uma reflexão em tempos de covid-19 e Direitos da criança e a educação: notas iniciais para pensar a vida na pandemia*, percebe-se uma maior preocupação por parte dos autores em demonstrar falhas na educação e como essas se acentuaram durante o período da pandemia com a transferência das aulas presenciais para o ensino a distância.

Segundo os autores de tais artigos, as falhas apontadas acabaram por impactar negativamente o direito à educação assegurado às crianças, principalmente se for levado em consideração as diferentes realidades econômicas que caracterizam a vida de cada um desses sujeitos e, por esse motivo, não foi identificado em referidos artigos a sinalização de impactos ou possíveis soluções para tais.

5 | DISCUSSÃO: A CRIANÇA COMO PONTO DE PARTIDA

Compreendido como o fenômeno pandemia e educação infantil foi abordado pelos artigos sujeito, partiremos à análise deste fenômeno a partir do referencial teórico da fenomenologia da infância, acessada por meio dos trabalhos de Machado (2010) sobre Merleau-Ponty. A criança ocupará posição de destaque nos tópicos a seguir, sendo proposta uma ampliação do olhar que se tem sobre o fenômeno da pandemia e da educação a partir da compreensão do sujeito criança: qual é o lugar que ele atualmente ocupa na sociedade?

É sobre essa resposta que se “constitui o sentido e fundamento” de tudo o que se mostrará a seguir (SZYMANSKI; SZYMANSKI E FACHIM, 2019).

5.1 O lugar da criança na sociedade

As crianças são hoje consideradas sujeitos de Direito. Isso pode ser facilmente percebido quando se olha para o artigo 227 da Constituição Federal e para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que preveem como dever de todos a garantia de direitos sociais mínimos a esse grupo de sujeitos, existindo também todo um arcabouço teórico e metodológico que permite se pensar na criança enquanto um ser vivente, dotado de vontades e consciente de suas necessidades. A despeito disso, duas questões merecem ser pontuadas: (i) a criança nem sempre ocupou esse lugar na sociedade e (ii) existe um abismo gigante entre o que está abstratamente previsto e teorizado e o que se vê concretamente na dinâmica social.

De fato, no início da era pré-industrial, as crianças eram vistas como seres socialmente relevantes em função de sua mão de obra e força de trabalho, que podia ser explorada pela sociedade. Já no período industrial, foi observado o deslocamento de sua atividade até então prática para uma área mental, assumindo as escolas da administração simbólica da infância (BIASOLI; SOUSA, 2021).

A partir deste ponto, as escolas passaram a ocupar uma posição central na vida das crianças, criando-se também expectativas quanto a seu papel no desenvolvimento social e econômico, já que a elas caberia a formação da futura força produtiva da sociedade (BIASOLI; SOUSA, 2021). A criança, com isso, é colocada em um lugar menor. Assume a representação de um projeto e, como um projeto, é vista como algo incompleto, como um devir (SARMENTO, 2005 apud BROSTOLIN, 2021).

Ocupando, então, uma posição subalterna em relação ao adulto, a criança é “invisibilizada enquanto grupo social direitos” (BROSTOLIN, 2021), apresentando-se toda a normatividade infantil “como um conjunto de regras e disposições jurídicas e simbólicas que regulam sua posição na sociedade e orientam as relações entre elas e os adultos” (BROSTOLIN, 2021).

Isso, no entanto, passa a ser questionado principalmente pelas ciências sociais e, partir de 1990, a sociologia da infância passa a formalmente contrapor essa visão e controle adultocêntrico da infância (BROSTOLIN, 2021)

Ocorre, no entanto, que a despeito de todo o arcabouço jurídico, teórico e metodológico que se possui a respeito da criança enquanto ser e sujeito de direitos, há um descompasso entre essa base teórica e abstrata e as ações concretas que podem ser vistas na sociedade.

Ainda se vê a criança em um lugar de fragilidade e passividade, apontando Brostolin (2021), ao tecer considerações sobre a cidadania infantil, para a existência de diferenças entre “os direitos de proteção, provisão e participação, os três “p”, assegurados pela

Convenção dos Direitos da Criança, a CDC, de 1989”, sendo o direito de participação o direito com menos progresso, tornando necessário “envolver a sociedade em um processo de aprendizagem que reveja a relação assimétrica entre adultos e crianças e permita um compartilhamento de divisão de poder e negociação” (BROSTOLIN, 2021).

Efetivamente, há falta de interesse das pessoas como nação a esse respeito e isso pôde ser visto na pandemia, já que as crianças continuaram a ocupar um papel submisso, limitando-se a assumir o que lhes foi imposto, mesmo tendo um conjunto normativo e teórico destinado à sua proteção e autonomia, que, conforme crítica contundente, só será verdadeiramente assumido e colocado em prática quando houver um pacto social que o aceite e assim o implemente no cotidiano (BIASOLI; SOUSA, 2021).

Há material jurídico e teórico para se pensar na criança enquanto um ser vivente, dotado de vontades e consciente de suas necessidades. Há uma série de fatos que indicam sua relevância social e a importância de seu protagonismo nas ações a ela concernentes, mas, não obstante isso, insiste-se na tomada de ações com base em uma visão adultocêntrica da infância. Uma visão que não leva em consideração o modo de ser e estar da criança no mundo e que, por isso, gera entraves no tocante à efetivação e fruição de seus direitos, que vêm sendo sumariamente desrespeitados.

Uma pergunta fica no ar: se já atingimos um estágio onde podemos pensar como e não sobre as crianças, por que a decisão de não se utilizar desse arcabouço teórico? Por que não colocar em prática um processo de participação infantil?

A não participação leva à invisibilidade, ao silenciamento e ao sentimento de não pertencimento e isso, como não poderia deixar de ser, é acentuado quando se traz à tona a questão de classe, pois “aquela criança que reúne diversos estigmas e estereótipos de exclusão sofre mais intensamente a marca da invisibilidade” (PINHEIRO; SOUSA, 2022).

Invisibilidade implica na incapacidade de um objeto ser visto. Ao impormos uma representação passiva às crianças assumimos que não a vemos como sujeitos autônomos e isso é prejudicial tanto a seu desenvolvimento individual, quanto ao desenvolvimento e progresso da própria sociedade, que carecerá de sujeitos autônomos, dotados de pensamentos críticos e que exigem o respeito a seus direitos.

Como consequência, então, “em que pese todo o conjunto normativo que proclama os direitos e o protagonismo das crianças, o que se observou foi um apagamento de suas existências, vozes, ações e seus modos de ser e estar” (BIASOLI, SOUSA, 2021), sendo esse o lugar que a criança ocupa hoje na sociedade: um lugar de invisibilidade e não participação.

Essa posição de silenciamento e não participação que a criança ocupa atualmente na sociedade convida-nos a ampliar nosso olhar, pensando fenomenologicamente na criança, a partir da leitura que Marina Machado (2010) faz sobre a obra de Merleau-Ponty, filósofo fenomenológico que deixou uma importante contribuição sobre a criança e a infância.

5.2 Pensando fenomenologicamente na criança

Merleau-Ponty foi o único fenomenólogo que deixou uma contribuição focada na criança. Ele propõe que pensemos na criança e não nas teorias sobre ela, sob pena de dela nos afastarmos e propõe que o adulto observe e reflita sobre como a criança se apresenta no aqui e no agora, criança essa que vive em um mundo fenomênico e indiviso e que deve ser compreendida dentro do conjunto do meio social e histórico no qual ela vive e diante do qual ela reage.

Porém, estando ela em um meio social e histórico, não é possível simplesmente retirar o adulto de cena, uma vez que é ele quem transmite à criança as técnicas de vida necessária à sua inserção e vivência em sociedade.

Com isso, tem-se que a relação criança x adulto é necessária, resultando dela uma série de fatos que devem ser interpretados, pois “revelam o que a criança é e o que o adulto pensa a respeito dela e como a trata” (MACHADO, 2010).

Neste ponto, é necessário atentar-se que um fato só ganha alguma conotação real e histórica se é interpretado, passando a ser expresso por meio de uma significação válida no mundo. No caso da obra de Merleau Ponty, essa significação pode ser extraída da análise das respostas do organismo a uma dada situação externa, que no caso da criança usualmente não é dotada da objetividade que caracteriza uma resposta adulta, haja vista que a criança vive o mundo e não possui a mesma capacidade que o adulto de representá-lo objetivamente. Neste sentido, Machado (2010) propõe, então, que se pense a partir da positivação dos fenômenos infantis, partindo do pressuposto de que são características do pensamento da criança (i) a não representatividade; (ii) a oniricidade e (iii) o polimorfismo. Deve-se, assim, não apontar aquilo que falta e sim olhar para o que está posto, para o que é efetivamente apresentado por essa criança, pois apenas assim os fatos infantis, ou seja, as respostas que as crianças dão a uma situação, poderão ser interpretados.

Deste modo, portanto, é possível entender a pandemia como uma situação principal que desencadeou uma série de outras situações que, inevitavelmente, provocaram respostas da criança. Dentre as diversas situações experimentadas, são destacadas as seguintes:

- Liberdade prejudicada e confinamento;
- Falta de aula presencial;
- Diminuição do contato social e com os colegas;
- Adaptação ao formato de aula não presencial;
- Mais tempo de convívio com pais e família;

Todas elas são traços do mundo externo com capacidade de provocar uma resposta das crianças. Essas respostas são fatos, decorrentes da relação adulto x criança existente em um meio social e histórico. Esses fatos, para terem algum significado, devem ser

interpretados e, se a intenção é entender o que eles causaram nas crianças, eles devem ser interpretados sob o ponto de vista delas.

5.3 O processo de socialização e a importância da escola neste fenômeno

O ser humano, como bem se sabe, vive em sociedade. No entanto, nascer e, conseqüentemente, viver em uma sociedade não garante a plena participação deste ser neste corpo social, pois para isso é necessária sua passagem por um processo de socialização.

De acordo com Bock, Texeira e Furtado (2018), o mais importante processo de socialização, que irá introjetar no indivíduo valores básicos que regerão sua conduta e que consolidarão suas atitudes, se dá, dentre outras instituições tradicionais, dentro da escola que, como relata Canário (2006), assumiu o monopólio da educação desde o final do século XVII.

Nas palavras de Lane (1994), a escola também tem ingerência no processo de reprodução das relações sociais e na formação de indivíduos, sendo assim de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo enquanto ser individual e coletivo.

No Brasil, como forma de conter a disseminação do vírus SARS-COV-2, houve um repentino e não planejado fechamento das escolas que levou à adoção de um ensino remoto emergencial, ensino este que além de ser incapaz de garantir às crianças um nível adequado de aprendizagem, prejudicou seu processo de socialização ao tirá-las de forma abrupta do ambiente escolar.

Efetivamente, o ensino remoto emergencial foi imposto às crianças e, nesse cenário, seu direito de participação já discutido, bem como o seu processo de socialização ganham destaque, pois “essa geração e esses sujeitos são os que estão mais expostos aos impactos de qualquer mudança, negativa ou positiva, na estrutura da sociedade” (GOMES; LEÃO DE AQUINO, 2019), sobretudo porque o papel da escola não fica somente restrito a transmissão do conhecimento científico como aqui já pontuado.

A escolarização, o contato com pares, permite à criança a construção de sua individualidade, mas essa sua individualização não se encerra em si mesma, haja vista que a medida em que “a criança emprega e apreende as características, as normas e o enredamento sociocultural, essa mesma sociedade sofre com as interferências desse outro modo de apreensão e de seus agires” (GOMES; LEÃO DE AQUINO, 2019), não havendo que se falar na criança “como alguém que terá importância somente quando superar essa fase da vida e tornar-se adulto” (GOMES; LEÃO DE AQUINO, 2019).

Enquanto a sociedade não enxergar as crianças como sujeitos ativos e providos de capacidade para terem suas próprias opiniões e atitudes dentro da sociedade, instituições como a escola continuaram tratando e normatizando-as como seres incapazes até atingirem a fase adulta.

Ocorre, no entanto, que conforme já pontuado a pandemia interrompeu esse

processo tão caro ao desenvolvimento de um cidadão. A socialização das crianças, em função do isolamento social, ficou restrita a seu ambiente familiar, sendo delas tolhida, sem seu consentimento ou cientificação, a possibilidade de construírem maneiras de agir e de pensar em um contexto de interação com outros e com o meio circundante (GOMES; LEÃO DE AQUINO, 2019), já que o processo de socialização operado por instituições “estabelece espaços normativos nos quais os indivíduos irão apreender a materialidade e o simbólico, mas que não são únicos, e sim herméticos e múltiplos” (GOMES; LEÃO DE AQUINO, 2019).

As crianças, portanto, deixaram de ter acesso a um dos poucos espaços de interação com seus semelhantes e com o meio circundante que é essencial a sua formação como cidadão e a sua inserção plena em sociedade. Ambiente que lhes permite ter uma interação de igual para igual, fortalecendo sua autonomia como indivíduos. Isso afeta seu direito de participação, historicamente já negligenciado e, por consequência, impacta nas respostas que esses sujeitos apresentaram ao evento pandêmico e na forma que eles foram representados e levados em consideração no tocante às medidas emergenciais tomadas, o que será devidamente explorado no tópico a seguir.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, analisamos os artigos sujeitos por meio de quatro perguntas direcionadoras que visaram compreender o fenômeno educação e pandemia e seus impactos nas crianças através de ângulos interdependentes e complementares.

Inicialmente destacamos que em nenhum dos artigos selecionados encontramos a proposta de se analisar o fenômeno estudado dentro deste escopo, havendo sempre um tema central condutor da análise, que direcionava todo o raciocínio e argumentação em torno de um único objeto ou ponto de vista, o que por si só, dentro do método fenomenológico, já é um dado de análise compreendido como “a manifestação do fenômeno que se deseja compreender sob um olhar específico” (SZYMASNKI; SZYMASNKI; FACHIM, 2022), que é olhar de quem pesquisa.

Neste sentido, para conseguirmos ter acesso aos elementos norteadores de nossa pesquisa, valemo-nos da hermenêutica para “decifrar o sentido oculto no sentido aparente”, desdobrando “os níveis de significação implicados na significação literal” (RICOEUR, 1978 *apud* SZYMASNKI; SZYMASNKI; FACHIM, 2022) e iluminando “fenomenologicamente o que não se mostra, mas que exige ser trazido à fenomenalidade porque constitui o sentido e o fundamento de tudo o que se mostra” (GRONDIN, 2013 *apud* SZYMASNKI; SZYMASNKI; FACHIM, 2022).

Para nós, as quatro perguntas norteadoras da análise dos artigos conduziram a respostas que trouxeram à tona o fenômeno pandemia e educação em sua completude, o

qual, de forma implícita e lógica, constituiu o fundamento e o sentido do conteúdo ao qual tivemos acesso, que se propôs a estudar, de forma variada, a relação entre pandemia, educação e infância.

Como efeito dessa abertura de olhar, chegamos à conclusão de que a maioria dos artigos objeto de estudo chegam a indicar a importância de se analisar o fenômeno educação e pandemia através da perspectiva da criança, mas na prática, pela leitura das entrelinhas, percebemos que as crianças foram tratadas como pontos de chegada, como instrumentos necessários para se obter algo, sendo as estratégias para seu uso definidas a sua revelia.

Tivemos a impressão de que toda teoria elencada no decorrer desse trabalho, que nos leva a pensar no papel social da criança, entendida como ponto de partida e de chegada, foi desconsiderada sob a justificativa de ter sido necessária uma ação rápida e emergencial para o enfrentamento da pandemia.

Notamos uma falta de reflexão nas ações tomadas e a perpetuação de um modelo que silencia o direito de participação das crianças em assuntos que influenciam diretamente seu modo de viver e estar no mundo, o que vai totalmente contra nossa proposta inicial de analisar os efeitos da pandemia sobre a educação sob o ponto de vista destes sujeitos, principalmente porque esse ponto de vista, dentro do material que dispúnhamos para análise, sequer foi trazido à tona.

Encontramos ponderações importantes sobre a forma como a criança é vista, mas não tivemos acesso a essa criança. Entendemos a importância da escola no processo de socialização, notamos o caráter protetivo que a educação pode vir a ter num contexto de acentuada desigualdade social e percebemos a impossibilidade de transposição de um ensino presencial para um formato remoto sem que impactos importantes sejam gerados, mas em nenhum momento conseguimos perceber como as crianças enxergaram e sentiram esses impactos, o que revela que temos um arcabouço teórico, metodológico e jurídico que dá conta de trazer a criança à fenomenalidade, mas na prática há uma decisão generalizada em não se fazer isso.

Neste ponto, importante ressaltar que dentro do período de realização deste trabalho, que ocorreu durante momentos delicados da pandemia, não pudemos interagir com as crianças da maneira aqui defendida e, por isso, também carecemos de seu ponto de vista sobre todo o corrido, que entendemos ser crucial e de suma importância.

Não obstante isso, gostaríamos de pontuar novamente que há um patente descompasso entre o abstrato e o real quando se fala em criança e em infância. Na prática esses sujeitos não são acessados e a pandemia nos afastou ainda mais deles, que tiveram sua relação mediada por uma série de elementos, dentre elas a tela.

Essa constatação, inclusive, corrobora a hipótese inicialmente levantada de que a falta de convívio no período escolar pode trazer dependência e dificuldade de interação nas relações sociais, em função da experiência com o ser humano que é perdida quando se

deixa de frequentar a escola.

Conforme pontuamos, é reconhecida a importância desta instituição no processo de socialização e seu impacto na construção da subjetividade da criança. O espaço escolar, como visto, é regido por interações sociais e os ganhos que se têm dentro dessa dinâmica não podem ser supridos com a mera adequação das aulas para um formato virtual, conforme apontado em alguns dos artigos analisados.

Reflexões contidas nos artigos analisados sobre o distanciamento do espaço escolar e sobre isolamento experienciado durante a pandemia pelas crianças nos permitiram confirmar as hipóteses de que (i) os efeitos da pandemia foram e estão sendo experimentados de forma diferente por estudantes da rede pública e da rede privada e de que (ii) os efeitos da pandemia, ao serem diferentes entre alunos ricos e alunos pobres, tenderá a acentuar a vulnerabilidade e a desigualdade social já existentes.

De fato, a forma como as escolas de rede pública e privada se adaptaram ao formato remoto de ensino foi bastante discrepante, tanto a nível do tempo necessário para a adequação do ensino, como a nível da própria qualidade desta adaptação, tendo em vista os recursos materiais e técnicos que a cada uma delas estava disponível.

Com isso, os estudantes da rede pública e da rede privada experienciaram de forma diferente o efeito imediato da pandemia sobre a educação que foi a transposição das aulas para um formato virtual e, isso, além de já ter sido um reflexo da desigualdade e vulnerabilidade encontradas em nosso país, terá também como consequência a acentuação desse fenômeno, haja vista o caráter protetivo e promotor da mobilidade social que a educação possui.

Não obstante isso, não encontramos em nossa pesquisa elementos que nos permitam responder à hipótese de que a situação da educação dos estudantes do ensino infantil tenderá a ser pior após a pandemia, limitando-nos, assim, a observar que será necessário um grande comprometimento das partes envolvidas no processo educacional para que a educação e a escola tenham a criança como protagonistas e estas possam, efetivamente, entender e exercer seu direito de participação neste local e nas decisões que as afetam diretamente.

Destacamos isso, pois na maioria dos trabalhos selecionados as crianças foram observadas em uma condição de objeto nas trocas realizadas entre professores e família, fragilizando, assim, seu protagonismo na construção da educação e escancarando sua submissão na sociedade atual.

Isto posto, gostaríamos também de pontuar a atuação do professor durante a pandemia, que reconhecemos ter sido vital em todo esse processo. No entanto, tendo em vista a necessidade de recorte do tema, direcionamos nosso foco de pesquisa às crianças, mas não deixamos de pensar no papel e condição de seres humanos que os professores possuem, tendo eles também sofrido todas as implicações vividas durante o período de enfrentamento da COVID-19.

Por fim, finalizamos este estudo apontando que certamente outros momentos como este virão à tona e poderão afetar a educação. Para esses momentos, trazemos uma advertência importante: Não percam as crianças de vista! A criança é aquela que tem que ser vista e ouvida. É o ponto de chegada e de partida no processo de educação e, na pandemia, essa criança se tornou um mero ponto de chegada, desconsiderando-se a importância que ela representa como um ponto de partida.

REFERÊNCIAS

ADERNE, Aline da Silva Ferreira.; FERREIRA, Tays da Silva. Educação em tempos de pandemia: (re)vivências na educação infantil durante o distanciamento social. **Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-8, 5 jun. 2021. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16184/209209214316>. Acesso em 03 jun. 2022.

BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Laura Muller; ROCHA, Grazielly, ZANON, Daiane (2020). Consequências da violação do Direito à educação. Fundação Roberto Marinho e Insuper. Disponível em: https://youtu.be/D_G824xna7g

BIASOLI, Karina Alves; SOUSA, Clarilza Prado de. Direitos da criança e a educação: notas iniciais para pensar a vida na pandemia. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-25 jan./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29286/rep.v30ijan/dez>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11683/8363>. Acesso em 26 jun. 2022.

BOCK, Ana Mercedes Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.

BROSTOLIN, Marta Regina. Cidadania infantil: questões contemporâneas e implicações para a participação da criança. *EccoS – Revista Científica*, 0(56), e13186, 2021. doi:<https://doi.org/10.5585/eccos.n56.13186>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/13186>. Acesso em 26 jun. 2022.

CANARIO, Rui. **A escola tem futuro?: das promessas as incertezas**. Porto Alegre: Artmed, 2006

DA SILVA, Eliane Paganini; PELOSO, Franciele Clara. Escola e profissão docente: uma reflexão em tempos de covid-19. **Devir Educação**, [S. l.], p. 409–429, 2021. DOI: 10.30905/rde.v0i0.465. Disponível em: <http://devireducao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/465>. Acesso em: 26 set. 2021.

GOMES, Lisandra Ogg; LEÃO DE AQUINO, Ligia Maria. Crianças e infância na interface da socialização. Questões para a educação infantil. *EccoS – Revista Científica*, 0(50), e14092, 202. DOI: 10.5585/eccos.n50.14092. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/14092>. Acesso em: 10 ago. 2022.

KOSLINSKI, M. C.; BARTHOLO, T. L. A pandemia e as desigualdades de oportunidades de aprendizagem na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 32, p. e08314, 2021. DOI: 10.18222/eaev.v32.8314. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eaev/article/view/8314>. Acesso em 02 de junho de 2022.

LANE, Sílvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; DOMINICO, Eliane; JOHANN, Magali Maria; NUNES, Maristela Aparecida. Infâncias confinadas: a educação como direito das crianças em tempos de pandemia. **Educação em Revista**, Marília, v.22, 2021. Edição Especial, p. 59-79. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/11185>. Acesso em 02 de junho de 2022.

MACHADO, Marina Marcondes. Merleau-Ponty & a Educação. Coleção Pensadores & Educação. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

NAKANO, Tatiana de Cassia; ROZA, Rodrigo Hipólito; OLIVEIRA, Allan Waki de. Ensino remoto em tempos de pandemia: reflexões sobre seus impactos. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1368-1392, jul. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/48484-Texto%20do%20artigo-168222-1-10-20210927.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2022.

PINHEIRO, Jordana de Carvalho; SOUSA, Sônia Margarida GOMES. Lei e sociedade: tensões e contradições sobre o lugar da criança. **Rev. psicol. polit.**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 641-653, dez. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2020000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26 jun. 2022.

PRAZERES, Michelle; GIL, Carolina; LUZ-CARVALHO, Tatiana. Do presencial ao remoto emergencial: trânsitos da educação infantil na pandemia. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 26, p. e36262, 2021. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.36262. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36262>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice.; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-24, 14 ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 03 maio 2022.

SZYMANSKI, L.; SZYMANSKI, H.; FACHIM, F. L. Interpretação como des-ocultamento: contribuições do pensamento hermenêutico e fenomenológico-existencial para análise de dados em pesquisa qualitativa. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 30, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8658051>. Acesso em: 15 fev. 2022.

WORLD BANK. 2021. Acting Now to Protect the Human Capital of Our Children: The Costs of and Response to COVID-19 Pandemic's Impact on the Education Sector in Latin America and the Caribbean. World Bank, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35276> License: CC BY 3.0 IGO

Linha do tempo mostra os principais fatos da pandemia no Brasil. **O Globo**. 25 fev. 2021. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/linha-do-tempo-mostra-os-principais-fatos-da-pandemia-no-brasil-24897725>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SÃO PAULO. **Secretaria da Educação**. Retorno obrigatório: entenda as regras nas escolas de educação básica do Estado de São Paulo. 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/retorno-obrigatorio-entenda-regras-nas-escolas-de-educacao-basica-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 17 fev. 2022.